



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

17.12.2009

Acta Reunião Extraordinária n.º 03/2009

Ao décimo sétimo dia do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (dez membros). Estiveram igualmente presentes técnicos das autarquias, constantes da lista anexa (oito membros), bem como presença dos técnicos da CIMT, constantes da lista anexa (vinte), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Aprovação da Acta da Reunião Anterior**
- 2. QREN – Informação da Reunião da Figueira da Foz**
- 3. Discussão e decisão sobre a evolução das várias valências do Médio Tejo Digital I**
- 4. Discussão e deliberação sobre a implementação ou não, das várias valências do Médio Tejo Digital II**
- 5. SIG – Ponto de Situação. Medidas a tomar**
- 6. Outros assuntos**
 - 6.1.** Informação n.º 17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do Transporte a Pedido no Médio Tejo. Proposta de Critério para a Repartição de Encargos. Proposta de Relatório Final da Fase de Qualificação.
 - 6.2.** Informação n.º 19/CIF/2009 – Certificados de Frequência de Formação Profissional – acções não financiadas.
 - 6.3.** Informação n.º 25/MIT/2009 – Susana Vieira – pagamento de dias de férias
 - 6.4.** Informação n.º 06/ASA/2009 – Portal de Turismo – Conteúdos – incumprimento de contrato

7. Auto de Aceitação dos trabalhos com a empresa Unisys no âmbito do projecto de Implementação de Solução de Gestão da Relação com os Municípios

7.1. Contrato para assinar Serviços de manutenção para os Servidores e UPS no I

7.2. Parceria da CIMT/IPT - renovação de uma candidatura de um projecto de investigação à Europa já em curso, coordenado pelo Museu de História Natural de Paris.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues iniciou a reunião comentando que iria alterar a Ordem de Trabalhos, começando pela discussão dos pontos 1,3,4,5, com a presença dos técnicos das Câmaras Municipais, devendo retomar posteriormente os restantes pontos já só com a presença dos políticos.

1. Aprovação da Acta da Reunião Anterior

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da acta da reunião anterior, 27 de Novembro de 2009, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

Depois de lida foi aprovada por unanimidade.

3. Discussão e decisão sobre a evolução das várias valências do Médio Tejo Digital I

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues comentou que tinha havido uma falha de comunicação entre a CIMT e as C.M. e, que a reunião agendada com os técnicos de informática sobre o MTD I tinha sido marcada tardiamente e que tinha provocado alguns atrasos em alguns documentos.

Começou por iniciar a discussão sugerindo debater o Cliente Regional, Sites, SIG.

Cliente Regional:

Esclareceu que no que respeitava ao Cliente Regional tinha sido feito um grande investimento de cerca de 625 mil euros, totalmente pagos e que estava pouco ou nada aproveitado. Defendeu não deixar cair este projecto, visto ser uma plataforma importante para as Câmaras Municipais, fazendo sentido avançar em conjunto com a CIMT, visto verificar que isoladamente era bastante oneroso para cada C.M. Evidenciou a necessidade de serem chamadas à responsabilidade as empresas que já haviam recebido pelo trabalho efectuado, mas que nada afinal ainda tinham feito, visto não existirem efeitos visíveis nas C.M. de modo a concluir este projecto. Foi falado na oportunidade a possibilidade de se levar a tribunal a empresa/empresas em questão.

O Senhor Presidente da C.M. de Tomar esclareceu que no seu entender para se obter um bom resultado, deveriam todas as componentes do MTD I e o MTD II andar em paralelo.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues voltou a referir a necessidade de se avançar com o MTD I e parar com o MTD II.

Os Presidentes de Abrantes e Tomar chamaram a atenção para a necessidade da fibra óptica, uma vez que era uma componente do MTD II e não se podia dissociar do MTD I. Consideraram a fibra óptica fundamental, visto se verificar que poderá condicionar o funcionamento de toda a plataforma

digital construída (MTD e SIG) comentando igualmente que deveria ser “fácil” a ligação aproveitando as ligações das redes existentes nomeadamente a REN e da REFER, entre outras.

A Senhora Presidente de Abrantes comentou não ter na sua C.M. interesse em que os projectos fossem desenvolvidos em simultâneo no MTD II, no entanto concordou, em pleno com a ligação da fibra óptica, esclarecendo que se mostrava receptiva para apoiar a CIMT face a algum conhecimento que a sua C.M. já possuía e para partilhar com as outras C.M.

O senhor Presidente do C.E., António Rodrigues esclareceu que não se deviam aumentar os encargos da CIMT, muito pelo contrário reduzi-los. Ressalvou a necessidade da CIMT ter uma liderança forte, através da contratação, por exemplo, de uma empresa externa, caso não se verifique um interlocutor forte na CIMT, pois senão nunca mais se andava para frente.

A senhora Presidente de Abrantes explicou que tinha feito a sua avaliação internamente e, que verificava que de facto não havia uma liderança técnica forte na CIMT para se avançar e dar resposta aos problemas que vinham surgindo no que respeitava ao MTD. Esclareceu igualmente que existem empresas que correspondiam a estas necessidades e que podiam colaborar connosco até mesmo para gerir o IDC. Focou ainda a necessidade das C.M. desenvolverem o cliente municipal algumas para chegar ao cliente regional.

O Senhor Presidente da C.M. da Barquinha comentou que o CRM era fundamental e não acreditava que o CRM viesse a funcionar sem a reengenharia de processos e sem a gestão documental.

A Senhora Presidente de Abrantes comentou que a gestão documental e a reengenharia de processos eram processos internos e que não deviam ser colocados ao nível regional.

O Senhor Presidente de Ferreira do Zêzere comentou que estava em parte saturado desta situação e que a partir de Janeiro do próximo ano, iria avançar com o processo do cliente municipal na sua Autarquia.

No decorrer da presente discussão o técnico da Autarquia de Abrantes, Miguel Carvalho, esclareceu os presentes que o CRM era um item do projecto que tinha de ter 10 clientes municipais. Aderindo ao projecto, Abrantes mantinha o cliente municipal. Para implementar o cliente regional, existiam várias componentes, serviços online ligados com as várias aplicações. Era necessário traçar o perfil de cada cliente. Comentou que o projecto era simples, no entanto, que as C.M. tinham de estar preparadas para isto, pois teria de haver um balcão único.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, questionou os presentes da necessidade de retomar o cliente regional de forma célere, demonstrando a necessidade de chamar a empresa a uma reunião, na qual fazia questão de estar presente, para efectivamente tentar perceber o que se estava a passar e analisar o contrato.

Esclareceu que era da opinião de se recorrer a uma empresa externa, especializada e barata para assessoria permitindo a realização de reuniões periódicas com os técnicos das C.M. e ser feita a ponte com a CIMT.

O técnico da C.M. de Tomar, Daniel Henriques, lembrou a equipa do IPT, equipa inicialmente envolvida aquando do início do MTD, serem em parte responsáveis de tudo o que agora estava menos bem, pelo facto de focar ter sido uma equipa que conhecia pouco a nossa realidade.

O técnico da C.M. de Torre Novas, Mário Gil, por sua vez aquando da sua intervenção reiterou a necessidade de garantir a continuidade dos projectos e a necessidade de reforçar o corpo técnico dos recursos humanos, conforme referiu igualmente a Senhora Presidente de Abrantes, através de um gestor de projecto sénior, um administrador de redes e sistemas e um analista programador. Foi

dada a indicação de que se deveria recorrer a uma empresa externa, pois através deste método poderia ser assegurado financiamento, ao invés seria mais complicado, tendo em conta os custos avultados que estas contratações acarretam.

Por sua vez, o técnico da Autarquia do Entroncamento, Emanuel Fernandes, comentou a questão dos técnicos referindo que este corpo técnico devia incluir a técnica Edite David. Assumiu a mesma posição que a do Senhor Presidente de Ferreira do Zêzere, explicando que passados três anos existem melhores ferramentas e com custos substancialmente mais baixos. Comentou não se rever neste CRM e ter dúvidas quanto à finalização deste projecto.

A Senhora Presidente de Alcanena na sua intervenção mostrou alguma preocupação reforçando que os 10 técnicos deveriam trabalhar em conjunto e ser uma equipa coesa. Esta opinião foi imediatamente contrariada, esclarecendo o Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues que era uma boa sugestão mas que há 4 anos que se verificava que não resultava.

A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes evidenciou a necessidade de respeitar a individualidade de cada um, devendo ser terminado o processo do cliente municipal e só depois se avançar para o cliente regional.

A Secretária Executiva da CIMT, solicitou a palavra, informando os presentes que fora feita uma reflexão interna e se verificava que um dos grandes problemas que existia era não ter uma equipa presente desde o início do projecto. Alguns técnicos de informática tinham abandonado o projecto e a situação vinha-se arrastando, tendo em conta a estrutura envolvente deste projecto.

No término de todas estas intervenções o Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues comentou com os presentes que no momento se dava este assunto por encerrado e, que posteriormente os políticos tomavam as suas decisões.

Sites:

A questão colocada em cima de mesa tinha a ver com a viabilidade de manter a plataforma existente ou, ao invés, criar uma plataforma nova.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues comentou que o caderno de encargos não tinha sido cumprido e que havia a necessidade de reunir com a Microsoft para se verificar o que se estava a passar, bem como, para que esta empresa fosse responsabilizada, pelos prejuízos que estavam a ser criados nas autarquias.

Focou igualmente a necessidade de cada C.M. ser autónoma na imagem do site, bem como na gestão dos seus conteúdos.

O Senhor Presidente da C.M de Tomar referiu que a manutenção do site por ano era bastante avultada, e que de facto deixar tudo para trás e não aproveitar o que existia era um grande risco, pois construir algo de novo implicariam gastos imensuráveis.

O técnico da Autarquia de Tomar, Daniel Henriques, comentou que a plataforma poderia ser a mesma se esta permitisse que fosse garantido o upgrade do software se permitisse corrigir os erros actuais, se permitisse novas funcionalidades.

Os técnicos das Autarquias de Abrantes e de Torres Novas respectivamente Miguel Carvalho e Mário Gil esclareceram que uma coisa eram os sites outra era a plataforma de prestação de serviços online e que o custo que tínhamos era apenas para os sites, sendo que se poderia tirar proveito de uma plataforma que faria o préstimo de serviços às escolas, através do empreendedorismo a novas empresas, facturação electrónica, etc.

Das várias intervenções percebeu-se que se tinha de decidir sobre manter a actual plataforma que serve no momento todas as C.M. ou se optaríamos por uma plataforma nova para cada C.M. desenvolver independentemente.

Constatou-se igualmente se for uma plataforma única desenvolvida pela CIMT, esta tem de ter uma equipa técnica especializada para tal, se forem as C.M. isoladamente também terão de ter os seus técnicos para o fazer. Em causa estava igualmente o factor tempo verificando-se que a nova plataforma já tinha esgotado as suas funcionalidades tecnológicas e que antes de um período de 6,7 meses não se conseguiria fazer nada de novo.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, questionou os técnicos se o que a grande maioria pretendia era uma plataforma nova e mais barata, visto ter se apercebido que a actual tinha de ser actualizada.

O técnico da C.M. do Entroncamento, Emanuel Fernandes, respondeu que as C.M. não podiam solicitar uma imagem diferente da que estava considerada no caderno de encargos, e que assim eram da opinião de mudar de plataforma.

A Secretária Executiva da CIMT, apresentou alguns valores, ainda que não definitivos para a correcção da actual plataforma e para uma nova plataforma.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, referiu que não se tinham ainda chegado a valores concretos, pelo que, de momento não era possível existir uma tomada de posição sobre este assunto. Face ao exposto, definiu que os técnicos das Autarquias em conjunto com os técnicos das CIMT entregassem um relatório único com a estimativa orçamental sobre a actualização da nova plataforma ou sobre avançar para uma plataforma nova, para a próxima reunião do C.E. do dia 13 de Janeiro de 2010.

A reunião foi interrompida por volta das 11h30, para proceder à assinatura dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Contrato de Subvenção Global.

4. Discussão e deliberação sobre a implementação ou não, das várias valências do Médio Tejo Digital II

Tendo em conta o acima referido no ponto sobre o MTD I, foi deliberado que no respeitava ao MTD II, a sua discussão passaria para a reunião de Janeiro, após os resultados obtidos através das várias reuniões sobre o MTD I.

5. SIG – Ponto de Situação – Medidas a tomar

No que respeitou à área do SIG, foi comentado que tinha havido de facto alguma morosidade na resolução dos trabalhos, mas que a CIMT estava a envidar esforços para ultrapassar esta situação.

No que respeita ao Levantamento de Conteúdos foi esclarecido que a situação estava a ser analisada no que respeitava à definição das percentagens, sendo que o erro de Abrantes era de 20% e o de Torres Novas de 30%. Foram igualmente referidas as questões no âmbito da plataforma SIG, nomeadamente para a autarquia de Abrantes, sendo esclarecido pela técnica da CIMT, Ana Esteves,

que estava em estudo uma proposta para resolução do problema passando pela aquisição de um novo servidor, ou através da cedência do servidor da CIMT.

Após estes considerandos o C.E., deliberou por unanimidade avançar todos os projectos previstos no âmbito da contratualização no âmbito dos projectos SIG, contudo a questão do problema de Abrantes teria de ser resolvida e não se avançaria enquanto este assunto não estivesse completamente resolvido.

2. QREN – Informação da Reunião da Figueira da Foz

O Senhor Presidente da C.M. de Vila Nova da Barquinha demonstrou alguma preocupação pelo facto da Estrutura de Apoio Técnico não ter um módulo no sistema de informação que permita a análise dos pedidos de pagamento. Foi então solicitado à técnica Sónia Santos, afecta aos fundos comunitários, a entrega de uma cópia da proposta para posterior apreciação.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues comentou com os restantes Presidentes que o Médio Tejo tinha estado na génese de uma confusão na CCDRC, pelo facto de uma convocatória apenas ter sido enviada só para alguns Presidentes, tendo posteriormente o Presidente da CCDRC colocado o seu lugar à disposição. A confusão tinha sido gerada, tendo sido igualmente comentado que o Eng.º João Vasco Ribeiro andaria a ultrapassar as suas competências.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, explicou que tinha falado com o Presidente da NERSANT da Lezíria e com o Ministro Vieira da Silva para a realização de um seminário alusivo ao QREN. Ressalvou que o Ministro tinha achado esta ideia muito relevante e comentado que era uma iniciativa de louvar. Sugeriu igualmente a realização de uma reunião com os técnicos da Secretaria de Estado para quer fossem apresentados os constrangimentos do Médio Tejo. Esta seria uma reunião a realizar á porta fechada. Posteriormente sugeriu a feitura de uma sessão mais solene de modo a mostrar o que se estava a passar no Médio Tejo e na Lezíria. Foi dada a indicação de que o Ministro iria entretanto sugerir uma data para esta reunião.

No que respeitava à reunião que teve lugar na Figueira da Foz, o Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, mostrou-se agradado com a presença de quase todos os autarcas do Médio Tejo, comentando que esta região se tinha saído muito bem e que os contributos de Abrantes e Torres Novas tinham sido muito positivos.

Foi focado o momento do encerramento daquele seminário que foi referenciado como exemplo do Médio Tejo, verificando-se contudo já a ausência de representantes do Médio Tejo e do Oeste. Realçou-se também o modo como o reitor de Coimbra se dirigiu à Senhora Presidente da C.M. de Abrantes. No entanto, a boa resposta desta autarca foi igualmente apreciada por todos em resposta ao reitor, tendo assim os autarcas do Médio Tejo ganho posição naquela reunião.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, solicitou a todos que fossem à reunião a marcar com o Ministro para que fosse exigido um tratamento igual aos que todas as outras C.M. do Centro têm. Focou a importância de juntar a região do Médio Tejo e da Lezíria para que estas duas regiões possam crescer.

O Senhor Presidente de Ourém referiu que a ideia de distrito é curta e que estamos atrasados 10 anos para ganhar dimensão. Referiu que no seio do PROT se deveriam ter articulado a cada momento todos os intervenientes e isso nunca tinha acontecido. Os Concelhos pela sua dimensão não iriam ter capacidade, per si, para serem competitivos. Quanto mais depressa fosse concertada a ideia de distrito, mais depressa se conseguiria chegar onde pretendemos. A Senhora Presidente de Abrantes,

mostrou preocupação pelo facto de, por exemplo, tudo o que é respeitante ao ordenamento do território estar em Lisboa e os fundos comunitários no Centro ou no Alentejo, verificando que tanto o Médio Tejo como a Lezíria têm sido prejudicados com esta situação.

Foi depois destes esclarecimentos e intervenções deliberadas as datas para as próximas reuniões do C.E., sendo uma extraordinária no dia 13 de Janeiro e outra ordinária a 29 de Janeiro.

6. Outros Assuntos

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º 08/SV/2009 - 4ª Alteração ao Orçamento de 2009, fora da Ordem de Trabalhos a pedido do Senhor Presidente do C.E., anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do C.E. esclareceu que era necessário proceder-se a alguns reforços em algumas rubricas para fazer face a alguns pagamentos, nomeadamente 01.01.15; 01.01.09; 02.02.12.

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a referida informação.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta aprovação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

6.1. Informação n.º 17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do Transporte a Pedido no Médio Tejo. Proposta de Critério para a Repartição de Encargos. Proposta de Relatório Final da Fase de Qualificação.

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º 17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do Transporte a Pedido no Médio Tejo. Proposta de Critério para a Repartição de Encargos. Proposta de Relatório Final da Fase de Qualificação, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do C.E. comentou que este era um assunto que não ao Município de Torres Novas pelo facto de já ter os TUT – Transportes Urbanos de Torres Novas, verificando que se iriam ter gastos imensuráveis e que para a sua autarquia não fazia sentido.

A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes comentou que o Levantamento da Rede Viária fazia todo o sentido, no entanto no que respeitava ao transporte a pedido não concordava.

O Senhor Presidente da C.M. do Entroncamento mostrou algum desagrado com a comparticipação das autarquias, visto ser atribuído um valor igual para todas.

A Senhora Presidente da C.M. de Alcanena mostrou-se céptica e alertou para as dificuldades financeiras que podiam acarretar para a sua C.M.

O Senhor Presidente do Sardoal comentou não entender a criação do transporte a pedido.

Neste sentido, e, tendo-se verificado alguma celeuma criada em redor deste projecto, foi deliberado, por unanimidade pelo C.E., apresentar na próxima reunião algumas sugestões, até mesmo, a reconversão da candidatura em função das necessidades da cada C.M.

6.2. Informação n.º 19/CIF/2009 – Certificados de Frequência de Formação Profissional – acções não financiadas.

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º 19/CIF/2009 – Certificados de Frequência de Formação Profissional – acções não financiadas, anexa á presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que o que estava em discussão, e era preciso tomar uma decisão, tinha a ver com o facto de só se proceder ao envio dos certificados de frequência de formação, ou seja, só serem emitidos pela CIMT após o pagamento das inscrições por parte dos municípios.

Os membros do C.E. deliberaram por unanimidade aprovar a referida informação.

A Senhora Presidente de Abrantes, solicitou a viabilidade de se rever a formação de futuro numa perspectiva de optimização e liderança, evitando assim, muitas vezes ter de mandar os técnicos para Lisboa para este tipo de iniciativas. Sugeriu a possibilidade de formação para os técnicos de turismo, por exemplo para estes poderem efectuar visitas guiadas.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, informou os presentes que na Associação Nacional de Municípios Portugueses lhe tinham sido atribuídos dois pelouros da formação e o das relações internacionais com a CPLP.

Comentou igualmente que era necessário enviar para o Tribunal de Contas o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, até ao dia 31 de Dezembro. Tendo em conta o tempo que era curto, foi deliberado, por unanimidade pelo C.E. que o Presidente do C.E. assinaria o documento e este viria à próxima reunião do C.E. para ratificação.

6.3. Informação n.º 25/MIT/2009 – Susana Vieira – pagamento de dias de férias

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º 25/MIT/2009 – Susana Vieira – pagamento de dias de férias, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A informação em causa prevê o pagamento de dias de férias não gozados da técnica. Após análise do mesmo, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade aprovar a referida informação. Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse provada em minuta para produção de efeitos imediatos.

6.4. Informação n.º 06/ASA/2009 – Portal de Turismo – Conteúdos – incumprimento de contrato

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º Informação n.º 06/ASA/2009 – Portal de Turismo – Conteúdos – incumprimento de contrato, anexa á presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do C.E. esclareceu os restantes membros que a empresa que tinha sido contratado para apoio no âmbito da migração de conteúdos no portal de turismo e portal regional, vinha a descurar o seu papel, após alguns contactos já efectuados nesse sentido para perceber o que estava em causa, mas sem resposta.

Tendo em conta esta situação foi deliberado por unanimidade, pelo C.E. rescindir o contrato com a actual empresa visto não estarem a corresponder às expectativas.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse provada em minuta para produção de efeitos imediatos.

7. Auto de Aceitação dos trabalhos com a empresa Unisys no âmbito do projecto de Implementação de Solução de Gestão da Relação com os Municípios

A Secretária Executiva comentou aos Senhores Presidentes que, com a autorização do Senhor Presidente do C.E. e, para garantir a continuidade do apoio da empresa, por se tratar de uma multinacional visto ter um controlo diferente de uma empresa nacional, tinha assinado um auto de

aceitação de trabalhos com a empresa Unisys. O Senhor Presidente do C.E. não gostou da ideia, comentando que não se tinha apercebido do que e tinha passado, criando-se alguma celeuma. Neste sentido, o C.E. deliberou por unanimidade, que não se procederia a qualquer tipo de pagamento enquanto não se realizasse a reunião com a empresa e nem se aceitaria o auto enquanto o serviço não estivesse efectivamente efectuado.

7.1. Contrato para assinar Serviços de manutenção para os Servidores e UPS

Foi dado conhecimento ao C.E. do contrato que estava para assinar no âmbito dos serviços de manutenção para os servidores e UPS, tendo ficado deliberado que o mesmo iria ser assinado pelo Presidente do C.E., António Rodrigues.

7.2. Parceria da CIMT/IPT – renovação de uma candidatura de um projecto de investigação à Europa já em curso, coordenado pelo Museu de História Natural de Paris.

A Secretária Executiva comentou com os Senhores Presidentes que o IPT tinha solicitado à CIMT que fosse parceiro institucional de um projecto de investigação que apoia os mestrados e doutoramentos do IPT, nomeadamente em projectos aplicados na nossa região.

Tratava-se da renovação de uma candidatura de um projecto de investigação à Europa já em curso, coordenado pelo Museu de História Natural de Paris.

O Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade aprovar esta parceria.

Tomar, 17 de Dezembro de 2009.